

## **A importância da SUDENE para o desenvolvimento regional brasileiro**

**Jupiraci Barros Cavalcante<sup>1</sup>**  
**Cid Olival Feitosa<sup>2</sup>**

### **Resumo**

Por muito tempo, a região Nordeste foi compreendida como “região problema” no cenário nacional e colocada em segundo plano no âmbito das políticas de desenvolvimento. Os elementos considerados estavam relacionados aos fenômenos climáticos, indicadores sociais e a uma incipiente estrutura industrial. As intervenções que se sucediam na região eram de natureza assistencialista e ligadas ao poder político local. O objetivo do artigo é analisar a importância da Sudene para o desenvolvimento econômico da região Nordeste. Tendo como procedimento de pesquisa o levantamento bibliográfico, o estudo analisa as políticas regionais na região através da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Conclui-se que a atuação do órgão se tornou um elemento de referencial histórico para o planejamento e desde então para compreensão dos problemas regionais atuais.

**Palavras-chave:** Sudene; Desenvolvimento Regional; Nordeste.

## **SUDENE’s importance for the Brazilian regional development**

### **Abstract**

For a long time, the Northeast region was understood as a "problem region" on the national scene and in the background on development policy. The projects were related to climate systems, social indicators and an emerging industrial structure. The areas that fall into social and political assistance are local. The article is an analysis of the importance of Sudene for the economic development of the Northeast region. Having as search procedure the bibliographic survey, he study analyzes the regional policies developed in the region through the Superintendency for the Development of the Northeast. It is concluded that the agency's performance has become an element of historical reference for planning and since then for understanding of present regional problems.

**Keywords:** Sudene; Regional development; Northeast.

---

submetido em 30/12/2018, aprovado em 17/06/2019

### **1. Introdução**

O desenvolvimento da economia nordestina esteve ligado, desde a sua origem, à empresa comercial açucareira, voltada para o mercado externo e assentada em base escravista, latifundiária e com rígidas estruturas econômicas e sociais. À medida que a produção açucareira se expandia, empurrava para o interior as atividades locais de

---

<sup>1</sup> Mestre em Economia pela Universidade Federal de Alagoas. e-mail: cavalcantejupiraci@gmail.com

<sup>2</sup> Doutor em Desenvolvimento Econômico da UNICAMP, Professor da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). e-mail: cid.feitosa@feac.ufal.br

subsistência, como a pecuária e a pequena produção de alimentos, bem como a produção de algodão.

Com a abolição da escravatura, em 1888, e o avanço da industrialização no Brasil, a partir de 1930, novos determinantes marcariam a economia do país. A atividade industrial deslocou o centro dinâmico da economia nacional para o mercado interno, gerando um novo padrão de acumulação de capital em favor da indústria, com o setor exportador deixando de ser o principal determinante da renda e do emprego (FURTADO, 2003). Esta “saída para dentro”, no entanto, não alterou o padrão de acumulação da economia nordestina, cujas exportações para o exterior continuaram a ser o elemento mais dinâmico, não obstante fosse verificada uma maior articulação do Nordeste com o Sudeste<sup>3</sup>.

O dinamismo da indústria, ainda que tenha promovido a expansão do mercado interno nacional, gerou uma grande concentração produtiva em São Paulo, conforme amplamente discutido por Cano (1998, 2002), responsável por uma nova divisão territorial do trabalho no Brasil, representada pela consolidação de um centro dinâmico em São Paulo e uma periferia para onde convergiam quase todos os fluxos comerciais.

Vale destacar que a atuação diferenciada do Estado nacional nas distintas regiões brasileiras, ao privilegiar os centros mais dinâmicos, reforçou o processo de concentração industrial no Centro-Sul, especialmente em São Paulo. Na região Nordeste, a atuação do Estado mostrou-se limitada e marcadamente assistencialista até a década de 1960. Sua intervenção estava restrita, grosso modo, às obras de combate às secas, via Departamento Nacional de Obras Contas as Secas (DNOCS)<sup>4</sup>, e ao estabelecimento de quotas de produção de açúcar, via Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), sem contribuir ao aumento da capacidade produtiva da região ou à criação de fontes permanentes de emprego (MARANHÃO, 1984). Este imobilismo devia-se, principalmente, à permanência de poder das oligarquias regionais que procuravam manter suas relações arcaicas de produção, obstaculizando o desenvolvimento das forças produtivas ou tornando lenta a sua transformação e modernização (GUIMARÃES NETO, 1989).

Isso fez com que o avanço da industrialização no Centro-Sul criasse um hiato econômico entre esta e a região Nordeste ao acirrar as disparidades inter-regionais e fazer surgir a necessidade de políticas de desenvolvimento para as regiões periféricas. Além disso, verificou-se, no Nordeste, uma grande mobilização de segmentos diferenciados da sociedade civil que passaram a discutir e propor medidas concretas para o desenvolvimento regional<sup>5</sup>.

---

<sup>3</sup> Segundo Cano (2002), esta situação seria modificada somente em meados da década de 1950, quando as exportações para o exterior foram superadas pelas exportações para o mercado interno.

<sup>4</sup> Criado em 1945, o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) tinha como objetivo investigar os condicionamentos físicos, econômicos e sociais da região Nordeste para a implantação de rodovias, ferrovias, construção de barragens, açudes, poços e desenvolver a irrigação (GOODMAN e ALBUQUERQUE, 1971).

<sup>5</sup> Dentre os principais movimentos destacam-se as Ligas Camponesas e a sua luta por uma radical reforma agrária; os movimentos de reforma de base (agrária, urbana, universitária, tributária etc.); o movimento de base da Igreja

Diante desse contexto, em 1956, o Governo Federal criou o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), cujo propósito era identificar os principais problemas da região, as oportunidades para superá-los e os mecanismos mais eficazes para o seu desenvolvimento econômico e social. Na visão de Furtado (2003, p. 67), o atraso da região, além de ter como fator a rigidez fundiária e a estagnação do setor agrícola, estava assentado na ausência de uma estrutura produtiva que agregasse valor. Isto porque o “crescimento era de caráter puramente extensivo, mediante a incorporação de terra e mão-de-obra, não implicando modificações estruturais que repercutissem [...] na produtividade”. Deste modo, o GTDN propunha uma industrialização planejada para o Nordeste, com ênfase no processo de substituição regional de importações e na utilização de poupança extra regional.

A criação da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em 1959, representou a instituição de uma política regional, que ia atrelar a economia nordestina ao processo de industrialização do país e tornar menos dependente das atividades exportadoras. Cabe destacar que os planos econômicos nacionais, até então, tinham por característica uma administração paternalista, cujos incentivos eram concentrados espacial e setorialmente de forma intencional. Essa constatação evidenciava a urgência na implementação de um planejamento regional que pudesse agir sobre os problemas socioeconômicos do Nordeste.

Diante dos elementos até aqui apresentados, o objetivo deste artigo é identificar a importância da Sudene no processo de desenvolvimento econômico da região Nordeste. Para alcançar o objetivo, será realizada uma ampla revisão da literatura, através de pesquisa bibliográfica, com o levantamento de referências teóricas já analisadas e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. O artigo tem natureza descritiva e explicativa. Para Gil (2007), a descrição reúne uma série de informações sobre o que deseja pesquisar e a explicação preocupa-se em identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Em relação à abordagem utilizada, o texto tem natureza qualitativa, estando centrado na compreensão e explicação de diversas orientações teóricas.

A argumentação está dividida em seis seções, incluindo esta introdução como primeira. A segunda traz um panorama da economia nordestina antes da existência de uma política nacional de desenvolvimento regional e do trabalho do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN). Na terceira seção é discutida a importância da SUDENE para o Nordeste. A quarta seção apresenta tantos resultados da atuação da SUDENE como sua crítica e própria extinção as principais medidas de atuação da SUDENE

---

Católica, a presença do Partido Comunista no campo e o receio de se repetir no Brasil algo semelhante à Revolução Cubana.

na economia nordestina.. Na seção quinto aborda-se a recriação da SUDENE e os desafios da política de desenvolvimento regional. A última seção é dedicada às considerações finais.

## **2. O Nordeste antes das políticas de desenvolvimento regional**

Até a década de 1950, não existiu no Brasil um plano organizado para o desenvolvimento regional, ainda que pudessem ser verificadas políticas e ações com preocupações regionais, materializadas principalmente no combate às secas do Nordeste e na defesa do território, na Amazônia.

Como apresentou Cano (1998a, 1998b, 2002), entre meados dos séculos XIX e XX, a economia brasileira passou por um conjunto de transformações. Houve diversificação produtiva, crescimento industrial e urbano e integração do mercado nacional. No entanto, esse processo conduziu a uma forte concentração industrial em São Paulo, intensificando as desigualdades econômicas e sociais entre as regiões brasileiras. Deste modo, à medida que São Paulo se industrializava e concentrava grande parte das atividades econômicas do país, o Nordeste mantinha relações arcaicas de produção que obstaculizavam o desenvolvimento das suas forças produtivas ou tornavam lenta a sua transformação e modernização (GUIMARÃES NETO, 1989)

Parte desta realidade estava atrelada à forma de atuação do Estado nas distintas regiões brasileiras. Conforme explicaram Azevedo (1962) e Sampaio (1987), a forma como o Estado intervinha no Nordeste sustentava uma representação política insuficiente para modificar sua estrutura econômica, uma vez que as obras tinham finalidade assistencialistas. Havia o entendimento de que os problemas sociais e de ordem emigratória decorriam das calamidades naturais. Para resolvê-los, destinavam-se recursos para a construção de poços, barragens e açudes. No entanto, esses recursos funcionavam como meios de dominação para manter o controle econômico e político da região, criando a “indústria da seca”.

Conforme apresentam Goodman e Albuquerque (1971), a institucionalidade no combate às secas remontam o início do século XX. Em 1909 foi criada a Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), transformada em Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS), em 1919, e, posteriormente, em Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), em 1945, que tinha como objetivo investigar os condicionamentos físicos, econômicos e sociais da região Nordeste para a implantação de rodovias, ferrovias, construção de barragens, açudes, poços e desenvolver a irrigação.

Vidal (2001) pondera que, apesar da possibilidade de ampla atuação, essas instituições foram capturadas pelos interesses da oligarquia agrária algodoeiro-pecuária, reforçando as políticas assistencialistas, de socorro aos flagelados pelo alistamento em frentes de serviços e/ou distribuição de alimentos para garantir o nível mínimo de consumo à sobrevivência humana, e de armazenamento de água. Assim, a solução hidráulica, permeada

por políticas clientelísticas, empregando recursos para a construção de açudes em propriedades privadas de grandes latifundiários, era a principal forma de atuação do Estado no Nordeste, durante a primeira metade do século XX.

Na década de 1950, frente ao desequilíbrio regional crescente, em decorrência do avanço da industrialização do Centro-Sul, foi criado, em 1956, o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), com Celso Furtado assumindo a coordenação do Grupo em 1958, cujo propósito era identificar os principais problemas da região, as oportunidades para superá-los e os mecanismos mais eficazes para o seu desenvolvimento econômico e social. Contudo, é preciso mencionar que já existia neste contexto uma importante instituição, essencial para o desenvolvimento regional - o Banco do Nordeste (BNB).

O BNB, criado por Lei Federal em 1952, apesar de sua importância, prestou, a princípio, nos limites geográficos da seca assistência na forma dos instrumentos estabelecidos para isso, a política de crédito. Posteriormente, Canel (2005) analisou que ao BNB coube a administração dos recursos financeiros, que mais tarde vieram a compor um sistema de investimentos privados e de atração de capitais extra regionais para a região. Ele administrava a emissão de certificados de investimentos, ações, organizando uma diversidade de pessoas jurídicas. De fato, o BNB foi operador de um sistema de benefícios fiscais e financeiros que vieram a ser instituídos em prol da região.

Ao avaliar a formação econômica do Brasil, Furtado interpretou o desenvolvimento brasileiro por outros condicionantes, que negaram a questão hidráulica como solução. O diagnóstico do GTDN, sob sua coordenação, demonstrou que o subdesenvolvido podia ser superado por transformações estruturais, mediante uma política de industrialização mais favorável ao Nordeste, uma vez que admitiu em seus estudos que a relação do Nordeste com a região Centro-Sul, via transferências federais e comerciais, criava uma dinâmica regional de efeito contrário (FURTADO, 2003).

O relatório do GTDN, publicado em 1959, destacou dez pontos sobre a economia do Nordeste, dentre eles, a constatação de que havia no país uma relação do tipo centro-periferia, com elevada disparidade nos ritmos de crescimento entre o Centro-Sul e o Nordeste, determinando grandes desníveis de renda e bem-estar social e que, mantidas as mesmas condições, a situação tendia a se agravar, podendo tornar-se irreversível. Em virtude desta relação, observava-se uma deterioração nos termos de troca entre as duas regiões, já que os mercados do Centro-Sul não absorviam as exportações nordestinas, predominantemente de produtos agrícolas, ao passo que o Nordeste representava um amplo mercado para a região mais dinâmica do país, produtora de manufaturados. Além disso, argumentava que o governo federal financiava parte da industrialização do Centro-Sul com divisas provenientes de superávits comerciais nordestinos, uma vez que aquela região tinha grandes necessidades de

importação, principalmente de bens de capital, e relativa escassez de divisas. Por fim, outro elemento de destaque foi que o Nordeste apresentava graves problemas de recursos naturais e distribuição de renda, sendo a maior parte deste último devido à alta concentração de renda nas mãos de grandes proprietários fundiários desde o início da economia açucareira. Assim, a industrialização seria o único caminho para elevar o nível de renda regional, promover diversificação produtiva e desenvolvimento econômico, mas, sozinha, seria incapaz de modificar por completo a arcaica estrutura regional (GTDN, 1997;1981).

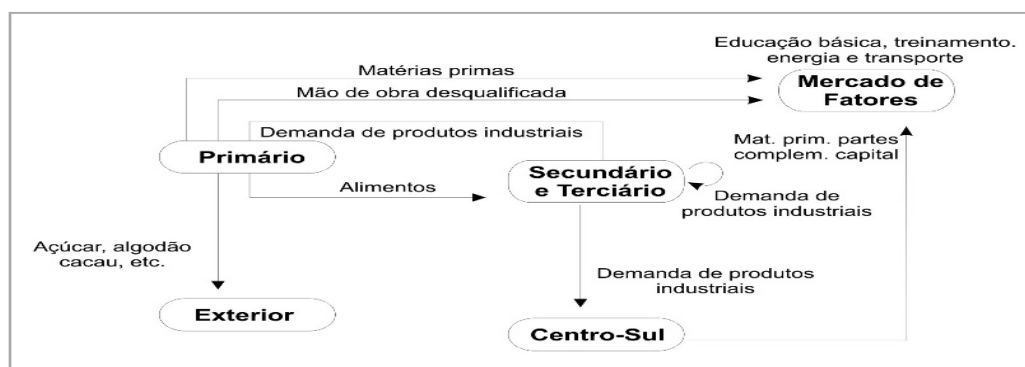
Diante deste quadro, propugnava a necessidade de uma profunda transformação agrícola e agrária, bem como, um amplo processo de industrialização, para tirar a região Nordeste do atraso econômico e social em que se encontrava. Assim, elaborou um plano de desenvolvimento econômico abrangente, em torno de quatro metas básicas, em uma proposta articulada:

- intensificação dos investimentos industriais visando criar no Nordeste um centro autônomo de expansão manufatureira;
- transformação da economia agrícola da faixa úmida com vistas a proporcionar uma oferta adequada de alimentos nos centros urbanos, cuja industrialização deveria ser intensificada;
- transformação progressiva da economia das zonas semiáridas no sentido de elevar sua produtividade e torná-las mais resistentes ao impacto das secas;
- deslocamento da fronteira agrícola do Nordeste visando incorporar à economia da região as terras úmidas do *hinterland* maranhense que estavam em condições de receber os excedentes populacionais criados pela reorganização da economia da faixa semiárida.

O modelo de agricultura prestes a emergir ainda necessitaria de condições efetivas para melhoria rural. Na análise de Vidal (2001) a modernização da agricultura de subsistência somente modificaria a estrutura como se apresentava a pobreza no campo, que tinha origem na produtividade e na exploração de mão de obra a custo barato, logo, a mesma pobreza passaria a ser de componente estrutural, pelo do capitalismo no campo.

Mindlin (2003) ainda avaliou que a dinâmica da interação da agricultura com o setor secundário da economia nordestina tinha uma relação funcional e de manutenção das disparidades setoriais.

**Figura 1 - Fluxo de renda com dois setores econômicos com objetivos anunciados pelo GTDN - Fonte: MINDLIN (2003, p.124).**



O setor primário proporcionava matérias primas, mão de obra desqualificada ao mercado de fatores, oferta de alimentos ao setor secundário e terciário, e consumia produtos industriais. Por sua vez, o setor secundário apresentava uma saída de renda pela demanda industrial da região Centro-Sul, apresentava uma dinâmica de renda interna no próprio setor, consumindo produtos industriais.

Para a indústria, o GTDN propunha reorganizar as indústrias tradicionais da região, como forma de readquirir competitividade frente à concorrência do Centro-Sul e modificar a estrutura industrial, com a instalação de indústrias de base, com capacidade de criar um sistema de autopropagação. Segundo o documento, a região Nordeste possuía potencial para a criação de um centro industrial por ter um mercado consumidor com grandes dimensões, oferta de energia elétrica, disponibilidade de matérias-primas, mão de obra especializada e barata, e por último, instituições financeiras que eram obrigadas a investir na região, como o Banco de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e o BNB (GTDN, 1997). As indústrias manufatureiras que requeriam uma grande parcela de mão de obra e baixo uso de tecnologia seriam capazes de absorver grande parte da mão de obra de toda a faixa litorânea do Nordeste que, até então, estava voltada à produção da cana-de-açúcar (CARVALHO, 2001).

Além das mudanças estruturais supracitadas, o projeto do GTDN visava difundir o uso de tecnologias modernas, formar uma nova mentalidade empresarial, criar uma estrutura industrial menos dependente de importações e com maior encadeamento local, modernizar a agricultura local e intensificar as relações capitalistas de produção no campo (ALMEIDA e ARAÚJO, 2004)

Com a finalidade de executar a política de desenvolvimento proposta para o Nordeste, como recomendava o GTDN, foi criada, pela Lei nº. 3.692, de dezembro de 1959, a Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE - como autarquia diretamente ligada à Presidência da República, cujo objetivo era corrigir as desigualdades espaciais que se ampliavam com a industrialização e com a integração do mercado nacional. Assim, visando reduzir os efeitos da concentração industrial na região Sudeste, notadamente em São Paulo, e aplainar as tensões sociais deflagradas no Nordeste, desde o início dos anos 1960 começou a ter vigência uma política de desenvolvimento regional, que se traduziu em novas formas de atuação do Estado na economia nordestina.

### **3. A importância da Sudene para o desenvolvimento nordestino**

O plano de desenvolvimento contido no relatório do GTDN, que inspiraria a criação da SUDENE, representava um grande avanço para a época. Como destacado anteriormente, esse documento propunha a implementação de novas políticas que reformassem e reorganizassem (e não apenas consolidassem) a velha estrutura agrária regional promovendo um intenso desenvolvimento industrial no Nordeste (ARAÚJO, 2000).

De acordo com a Lei de sua criação, a SUDENE deveria estudar e desenvolver diretrizes para o desenvolvimento do Nordeste, supervisionar e coordenar a elaboração de projetos que se relacionem com o desenvolvimento da região, coordenar programas que visem contribuir com assistência técnica, e executar sob convênio ou diretamente, acordos e contratos para o desenvolvimento nordestino (VIDAL, 2001).

Durante sua existência, quatro Planos Diretores foram criados. O I Plano Diretor, de 1961, procurou melhorar a infraestrutura do Nordeste, em virtude das dificuldades políticas de se avançar nos programas relacionados à questão agrária (reforma agrária, projetos de colonização e de irrigação). Basicamente, focou em melhoria de estradas, eletricidade, transportes, recursos hídricos e mineração e trouxe uma grande quantidade de investimentos para a região, tanto por parte do setor privado quanto pelo setor público. O elemento mais importante para o desenvolvimento nordestino contido neste Plano refere-se ao artigo 34 da sua Lei de criação, que afirmava que todas as empresas nacionais teriam reduções no imposto de renda se aplicassem projetos industriais no Nordeste. Este procedimento consistia em uma pessoa jurídica descontar metade de seu imposto de renda e investir na região nordestina, ou seja, o Governo Federal abria mão de parte de sua receita para que a quantia fosse transformada em investimento (CARVALHO, 2001).

Seguindo as mesmas diretrizes apontadas no I Plano Diretor, no ano de 1963 foi criado o II Plano Diretor. Além de possuir várias semelhanças com o primeiro Plano, também abrangia novas áreas de investimentos, como, por exemplo, educação, habitação, mão de obra e pesca.

O II Plano Diretor modificou alguns aspectos do artigo 34 do plano anterior e trouxe à tona o artigo 18. Esses dois artigos formaram o Sistema 34/18, um programa de incentivos fiscais que visava atrair grande quantidade de investimentos para o Nordeste e que funcionava da seguinte forma: existia uma empresa optante, entendida como a pessoa jurídica que deduzia quantias de seu imposto de renda para serem investidas na região Nordeste. Após essa etapa acontecer, entrava em ação a empresa beneficiária, na qual possuía a função de elaborar e desenvolver projetos para o desenvolvimento nordestino aprovados previamente pela SUDENE. Cabia à SUDENE então analisar, aprovar e fiscalizar os projetos elaborados pelas empresas beneficiárias (CARVALHO, 2001). Mais uma vez, em função do poder das oligarquias regionais, a questão agrária ficou em segundo plano.

Entre o II e o III Plano Diretor há o golpe militar de 1964 a partir do qual a atuação da SUDENE foi redirecionada, que deixava ter um caráter desenvolvimentista e reformista para assumir a função de agência de reforço ao capital oligopolista sobre o NE brasileiro. Antes do golpe, o objetivo central das políticas regionais era a redução das desigualdades regionais e a promoção de um crescimento nacional mais equilibrado. Após o golpe, abandona-se a



instância social do desenvolvimento regional em favor de estratégias militares de integração do mercado nacional.

Como destaca Colombo (2018), o regime militar concentrou todas as decisões da Sudene, retirou suas prerrogativas de planejamento e as repassou para outras instituições. Promoveu grandes cortes orçamentários e a transformou apenas em um órgão de apoio financeiro e técnico para projetos nacionais. Além disso, foi vinculada ao Ministério do Interior e passou a direcionar os investimentos aos estados mais desenvolvidos da região.

O III Plano Diretor, de 1966, assegurou investimentos em infraestrutura e estimulou uma maior flexibilidade operacional do sistema 34/18, além de destacar a importância estratégica da irrigação do Vale do São Francisco. Uma das diferenças para os Planos anteriores foi a atenção dada aos setores de saúde, principalmente a saúde pública, e educação, com investimentos para o setor da educação básica, técnica e profissional (CARVALHO, 2001).

Em outubro de 1968 foi aprovado o IV e último Plano Diretor da SUDENE, no qual buscou resgatar algumas linhas propostas pelo GTDN, como, por exemplo, a extensão da fronteira agrícola, transformação da zona da mata e organização do semiárido. Este Plano trouxe críticas às políticas implementadas, como uma concentração industrial nos estados de Pernambuco e Bahia, gerando disparidades de renda dentro da própria região; a não geração do volume de empregos esperado e o baixo volume de salários, não trazendo melhorias significativas nos níveis de bem-estar da maioria da população.

A partir da década de 1970 o esforço no sentido de consolidar o processo de industrialização do Nordeste teve continuidade com a política institucional do governo federal através dos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND). Os Planos Diretores da SUDENE foram substituídos por Planos Regionais de Desenvolvimento, alinhados aos Planos Nacionais. Dois elementos merecem destaque no período que vai até 1985: i) a ênfase nos grandes complexos industriais, contrariando as proposições do GTDN, mas que resultou em um processo de desconcentração produtiva; ii) a reformulação da política de incentivos fiscais, com a criação do FINOR – Fundo de Investimento do Nordeste – que visava corrigir distorções do Sistema 34/18, tais como a cobrança de altas taxas de captação e a demora na implantação dos projetos privados (CARVALHO, 2001).

#### **4. Alguns resultados da atuação da SUDENE, sua crítica e extinção**

A fundação da SUDENE representou a maior institucionalidade em relação ao planejamento regional. Sua área de atuação abrangia os estados do Maranhão à Bahia, além do norte de Minas Gerais, inserido na área do Polígono das Secas. O propósito da SUDENE foi implementar políticas públicas que favoreceriam o crescimento econômico da região, sob

a égide de um Estado organizador do espaço, subsidiando o capital e estimulando a iniciativa privada no projeto industrial na região.

Durante seu período de atuação, a Sudene estabeleceu convênios com universidades e centros de pesquisa internacionais, como parceria com a *Ford Foundation* para concessão de bolsas e a construção do projeto de irrigação, Parceria com a Food and Agriculture Organization (FAO) da ONU para elaboração projetos de irrigação de 60mil Km<sup>2</sup> no Rio São Francisco, Bolsas de Estudo para técnicos nos Programas da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), Bolsas de estudo na França, Convênios de pesquisas em diversas áreas (ARAÚJO, 2015).

Para Otamar de Carvalho (2001), as mudanças positivas que o Nordeste conheceu na segunda metade do século XX deveram-se aos esforços do planejamento (global e setorial), postos em prática sob a coordenação da SUDENE. Já Otávio Ianni afirmou que a experiência da SUDENE significou para o Nordeste o mesmo que a revolução de 1930 para o Brasil.

A verdade é que a SUDENE constituiu-se como uma nova estrutura de poder, superpondo-se às locais, estaduais e federais preexistentes. Em confronto com as estruturas burocráticas (ou político-administrativas) vigentes na área, apareceu como uma estrutura estatal totalmente nova, com objetivos, recursos econômicos e técnicas de atuação bastante distintos daqueles que caracterizavam as preexistentes. Também nesse caso (como já ocorrera no âmbito do estado brasileiro) estava em curso a transição do estilo oligárquico de decisão e ação, quanto a assuntos econômicos, para um estilo propriamente burguês. Nesse sentido é que a criação da SUDENE representa a chegada da Revolução de 1930 no Nordeste. A continuidade do desenvolvimento capitalista no país e naquela região exigia a reestruturação do poder regional, particularmente quanto às decisões e técnicas relativas ao funcionamento e expansão da economia. (IANNI, 1971 apud SILVA, 2001, p. 210-211).

A SUDENE permitiu o desenvolvimento de uma política regional sistemática, com adensamento de cadeias produtivas e fortalecimento de estrutura do complexo econômico nordestino. Articulou um conjunto de ações voltadas para obtenção de recursos para financiar os projetos ligados à indústria, promovendo um intenso fluxo de capitais de empresas do Centro-Sul em direção ao Nordeste, resultando numa modificação radical na estrutura produtiva, com a implantação de unidades industriais modernas, tecnologicamente mais avançadas e em setores novos na indústria nordestina.

Almeida e Araújo (2004), destacam que quando se analisa a legislação do sistema de incentivos fiscais no Nordeste e se compara com os critérios de seleção de projetos e concessão dos benefícios fiscais constata-se um “desvio” desse mecanismo, no sentido de se transformar cada vez mais num instrumento de indução intencional de capitalização de grandes empresas privadas, notadamente para as empresas do Sudeste do país (ALMEIDA e ARAÚJO, 2004).

Além disso, as políticas de incentivos ao desenvolvimento regional acabaram por favorecer a concentração espacial e setorial dos investimentos em apenas três estados da região, o que resultou num processo de descentralização concentrada, em detrimento das empresas constituídas por capitais da região Nordeste. A concentração da produção em grandes unidades industriais, mesmo integrando a região a uma estrutura de mercado nacional, não conseguiu dirimir manifestações das regiões, que viam nessa concentração econômica a razão de seus flagelos. A gestão dos mecanismos fiscais e elementos políticos serviram de apoio à acumulação de capital. A acumulação privada e a descentralização dos investimentos favoreceram a concentração espacial dos investimentos em três estados (Pernambuco, Bahia e Ceará) (ALMEIDA; ARAÚJO, 2004; CAVALCANTE; MACÊDO, 2003).

Canel (2005) e Campos (2008) também corroboram com a informação de que houve distorções no sistema de incentivos fiscais, pois, segundo eles, muitas empresas que tiveram seus projetos beneficiados não comprovaram possuir capital integralmente nacional e tampouco cumpriram as obrigações emitidas pela Sudene, que consistiam na ênfase ao desenvolvimento do mercado regional, na absorção de mão de obra, geração de empregos e competitividade para pequenas empresas.

Apesar das críticas, as políticas de desenvolvimento regional iniciadas pela Sudene possibilitaram uma expansão do produto regional nordestino em níveis bastante superiores às demais regiões do país e atrelando o seu crescimento ao movimento da economia nacional. Não há dúvidas de que os investimentos públicos direcionados para a ampliação e modernização da infraestrutura regional foram fundamentais para atrair novas inversões, tanto públicas quanto privadas, para o setor industrial, possibilitando transformações importantes na sua estrutura produtiva.

Assim, apesar das modificações na condução das políticas de desenvolvimento regional, o período de 1960 a 1985 foi marcado por mudanças estruturais da economia nordestina, notadamente no setor industrial, que deixou de ser predominantemente produtor de bens de consumo não duráveis para se especializar na produção de bens intermediários (tabela 1), criando o que ficou conhecido como “nova indústria do Nordeste”.

**Tabela 1:** Nordeste: Valor de Transformação Industrial (%) 1949/1985

<b>Setores</b>	<b>1949</b>	<b>1960</b>	<b>1970</b>	<b>1975</b>	<b>1980</b>	<b>1985</b>
Bens de Consumo Não-Duráveis	82,5	65,7	57,4	46,6	36,4	41,0
Bens Intermediários	16,2	31,1	34,9	41,9	50,2	49,3
Bens de Capital e de Consumo Duráveis	1,3	3,2	7,7	11,5	13,4	9,7
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Fonte: IBGE – 2015

Ressalta-se, porém, que apesar da importância atribuídas pelo GTDN às questões agrária e agrícola, não se observaram modificações nestes setores. Ao contrário, houve aprofundamento da monocultura canavieira na Zona da Mata e grandes subsídios à produção de álcool combustível, no âmbito do Proálcool.

De igual modo, o semiárido não foi alvo de transformações. A irrigação atingiu apenas os grandes produtores, fazendo surgir uma moderna agricultura irrigada para exportação. Os projetos de ocupação dos vales úmidos do Maranhão, pensadas para contingentes populacionais do semiárido e expandir a oferta de alimentos para as cidades, foram arquivadas pelos governos militares. Em vez disso, essas áreas foram ocupadas por produtores de grãos para exportação, beneficiados pelas políticas governamentais de crédito e infraestrutura (CARVALHO, 2001).

É oportuno salientar o momento de mudanças ocorridas a partir de 1970, com as políticas do I e do II PND, que em certa medida vieram a conter os agravamentos das disparidades regionais. O I Plano Nacional de Desenvolvimento (1972 -1974) deu prioridade a grandes projetos de integração nacional e de expansão da fronteira de desenvolvimento. Enquanto o II Plano Nacional de Desenvolvimento atuou em áreas de energia, estímulos à pesquisa, investimentos na indústria de base e autonomia de insumos básicos (GREMAUD, 1996). Desde então verificou-se uma dinâmica produtiva diferente, marcada por processos de concentração e desconcentração (econômica-produtiva). Na segunda metade da década de 1970 assistiu-se um processo de desconcentração, também relacionado ao processo de integração de políticas e expansão da fronteira de desenvolvimento, que antes esteve concentrado em espaços ditos hegemônicos.

O período pós 1970 foi marcado pela migração das atividades para regiões periféricas, dados os incentivos regionais e setoriais, afim de que economias menos industrializadas se articulassem ao cenário nacional (GUIMARÃES NETO, 1989). Conforme destacou o IBGE, em 2015 (tabela 1), a participação do valor de transformação industrial da região Nordeste em relação aos bens intermediários foi 34,9% (em 1970), 41,9% (1975), 50,2% (1980) e 49,3% (1985).

Em 2001, por meio de uma Medida Provisória, Fernando Henrique Cardoso assinou a extinção da SUDENE, em um contexto de escândalos e denúncias de desvio de recursos e de que os critérios de pontuação adotados pela Autarquia para escolha de projetos apresentaram análises subjetivas, motivações políticas, sugerindo existir um sistema de decisões de natureza indicativa do que mesmo normativa, para ceder lugar a uma guerra fiscal entre estados subnacionais. Nesse aspecto, Goodman, Sena e Albuquerque (1971) ressaltaram que a escolha de projetos a serem incentivados estava baseada num sistema de pontuação e comprovação, da seguinte maneira: a indústria produtora de bens de capital e intermediários (20 pontos); para bens de consumo e têxteis (10 pontos); para

empreendimentos que substituíssem quase 40% das importações vindas do exterior (10 pontos); produção de bens na região nos custos das matérias primas e materiais secundários (10 pontos); projetos localizados na jurisdição da região (15 pontos); projetos com participação de 25% da mão de obra no valor agregado (5 pontos); modernização de empresas preexistentes (5 pontos); participação do trabalho no resultado financeiro (5 pontos) e projetos de empresas de capital aberto (5 pontos).

Os projetos apresentados à Sudene eram elaborados em escritórios especializados e por projetistas que tinham conhecimento do sistema de pontuação e quase sempre sinalizados pelas influências empresariais. Alguns projetos aprovados eram tecnicamente insustentáveis, noutros existia uma inadequação de projetos, a ausência de avaliação prévia da infraestrutura local, a falta de informações após a emissão de certificados de empreendimento implantado.

Apesar das irregularidades e distorções expostas em trabalhos de CPI, a estrutura industrial nordestina, no contexto de sua formação histórica, já estava estabelecida por importante complexos industriais dinâmicos como Polo Químico e Petroquímico da Bahia, Sergipe e Alagoas, o Complexo Metalúrgico entre Recife e Alagoas, Complexo Têxtil-Confecções ente Natal e Fortaleza e Complexo Mineral-Metalúrgico (CPI, 2001).

A extinção da SUDENE não foi decorrente somente de denúncias que envolviam fraudes em recursos públicos, mas também pela intermediação de ações políticas atuando nas regiões e da falta da criação de condições sustentáveis para a região, incluindo a parte semiárida. O esvaziamento da SUDENE, resultando em seu término, também expressa a fragilidade do Estado em implementar um projeto nacional de desenvolvimento de forma inclusiva, contemplando problemáticas de cunho técnico e os anseios sociais e regionais. A recriação de uma nova SUDENE implica também na reconstrução de sua imagem, tão associada ao desvio de verbas e ausência de critérios objetivos.

## **5. A SUDENE pós-2007: realizações e problemas**

Após de um pequeno “interregno” de uma Agência do Desenvolvimento do Nordeste (ADENE), criada ainda durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, um Projeto de Lei de refundação da Superintendência foi, depois de 2003, objeto de vários vetos. A recriação SUDENE ocorreu apenas em 2007 por meio da Lei Complementar nº 125 que incluía uma revisão de sua anterior institucionalidade, uma ampliação de sua área de atuação ao incorporar, além dos estados da Região Nordeste, determinados municípios de Minas Gerais e do Espírito Santo, e um extenso quadro de instrumentos de ação e de competências estabelecidas pelo seu Art. 4º. Nessa nova institucionalidade é possível identificar aspectos mais amplos referentes a objetivos sociais voltados à sustentabilidade do desenvolvimento na jurisdição da sua atuação.

Mais recentemente, a superintendência é composta por um conjunto de habilidades e diretrizes ao incluir aspectos econômicos, sociais e do desenvolvimento sustentável; articulações com planos nacionais, regionais e locais; regionalização da política industrial; cooperação de órgãos públicos com forças sociais; de reconhecimento da promoção da diferenciação regional das políticas públicas nacionais; de integração de ministérios; apoio aos investimentos nas áreas de infraestrutura, econômica, social, qualificação, tecnologia; e da gestão fiscal e financeira e políticas sub-regionais voltadas à proteção da cultura e do meio ambiente do semiárido (SUDENE, 2018).

Dentre os principais instrumentos se destacam o PRDNE (Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste), o PRDPA (Planos Regionais de Desenvolvimento Plurianuais e Anuais), o FNE (Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste) e o FDNE (Fundo de Desenvolvimento do Nordeste) e as concessões fiscais. Em 2011 houve a apresentação do PRDNE em sintonia com a política nacional, onde prevaleceu o entendimento de recuperação da questão regional no debate do planejamento. O PRDNE compreendeu o planejamento regional como um processo, imprimindo uma visão de permanente negociação com atores regionais.

O plano impactou de modo significativo no dinamismo regional, bem como no reconhecimento do fortalecimento e desenvolvimento de uma base construtiva em âmbito econômico, social e ambiental. O desenvolvimento na região foi impulsionado pelos investimentos estruturadores como a construção da ferrovia Transnordestina, integração das Bacias do São Francisco, obras do Programa de Aceleração do Crescimento e a nova dinâmica da área agrícola impulsionada pelos projetos de irrigação e cerrados nordestinos (SUDENE, 2011).

Nota-se que nesse momento de repensar a necessidade do planejamento, há uma compreensão em termos de alinhamento entre a questão econômica e os ainda problemáticos e desafiadores baixos padrões sociais para o desenvolvimento humano da Região Nordeste que incluem as condições de analfabetismo, saneamento e a integração produtiva. Desta forma, os princípios norteadores das ações do PRDNE e sua visão de futuro desejável e factível até 2029, visam a participação social como requisito, ações seletivas, a integração vertical e horizontal, articulando entes federativos. As linhas estratégicas do PRDNE envolvem inclusão através da educação, competitividade, integração e infraestrutura, sustentabilidade socioambiental, transformação da cultura nordestina em vetor de inclusão social e desenvolvimento e fortalecimento dos governos estaduais e municipais como agentes de desenvolvimento.

Em 2013 a Superintendência assumiu uma configuração estratégica, enfatizando a promoção da competitividade sistêmica da base produtiva do Nordeste, a universalização em relação ao acesso a ativos estratégicos, a excelência técnica, a qualidade da gestão na

SUDENE e fortalecimento da imagem. Através do ODNE (Observatório do Desenvolvimento do Nordeste) é possível destacar e avaliar resultados das produções realizadas pela Superintendência em relação ao planejamento regional, tornado possível uma avaliação de sua influência em relação aos indicadores a serem melhorados, mediante diretrizes estratégicas presentes no PRDNE (SUDENE, 2011).

O plano regional contemplou como diretriz para educação inclusiva a necessidade alcançar uma educação de qualidade, erradicação do analfabetismo, ensino profissionalizante e a democratização do acesso à educação em nível superior.

Em 2013 verificou-se que a taxa de alfabetização das pessoas com 5 anos ou mais de ficou permaneceu abaixo do padrão nacional, destacando o Estado da Alagoas com a menor taxa de alfabetização entre Estados como mostra a Tabela 1 na página seguinte.

No tocante a este campo educacional de responsabilidade dos governos estaduais e municipais, considera-se que mesmo aqui políticas para o desenvolvimento regional devem reconhecer o papel colaborativo junto aos órgãos e instituições de planejamento de modo a produzir o desenvolvimento dos seus territórios. O desenvolvimento do eixo temático que se relaciona com educação, mediante ações articuladas, deve promover a formação, qualificação e desenvolvimento humano, levando em conta o desenvolvimento do espaço pautado em relações distintas no campo econômico, mas sobretudo social. Assim, os resultados observados neste campo podem expressar algum resultado da política da SUDENE.

Em relação à taxa de escolarização nota-se que os resultados percentuais da Região se aproximam da taxa de escolarização nacional, onde alcançou significativas proporções nos grupos etários da população entre 4 e 17 anos de idade. Nos grupos etários entre 18 anos, e destacadamente 25 anos de idade, a taxa de escolarização da região Nordeste e do Brasil apresenta-se abaixo de 30% e 5%, respectivamente. Isto denota uma baixa razão entre o número total de matrículas na população correspondente na faixa etária, ou seja, significa uma pequena proporção de pessoas que ingressam no ensino médio. Em relação grupo de pessoas com mais de dez anos de idade e o tempo de estudo, na região Nordeste menos de 8% do pessoal apresentou 15 anos ou mais em relação tempo de estudo. Em termos de Brasil, esse percentual em relação a outros países também é insatisfatório (Tabela1).

**Tabela 1 - Taxa de alfabetização, escolarização, média de anos de estudos em 2013 (em %)**

	MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	SE	BA	NE	BR
Taxa de alfabetização de pessoas com 5 anos ou mais de idade (%)	78,97	80,9	83,99	82,64	82,04	84,44	78,36	81,99	84,37	82,59	90,31
Taxa de escolarização de 4 anos ou mais de idade (%)	<b>MA</b>	<b>PI</b>	<b>CE</b>	<b>RN</b>	<b>PB</b>	<b>PE</b>	<b>AL</b>	<b>SE</b>	<b>BA</b>	<b>NE</b>	<b>BR</b>
4 ou 5 anos	87,2	93,9	93	89,7	87,8	82,1	75,6	92,2	86	87	81,4
6 a 14 anos	98,4	98,8	98,8	98,4	97,3	97,6	97,1	99,1	98	98,1	98,4
15 a 17 anos	84,4	88,6	83,2	79,8	79,7	83,2	80	86,1	82,7	83,1	84,3
18 a 24 anos	30,7	35,1	25,3	30,4	31,5	28,1	28,7	36,6	31,5	29,9	30
25 anos ou +	4,4	5,1	4,3	5	5,8	4,2	4,8	4,2	4,9	4,7	4,1
Pessoal de 10 ou mais anos de idade distribuído por anos de estudo (%)	<b>MA</b>	<b>PI</b>	<b>CE</b>	<b>RN</b>	<b>PB</b>	<b>PE</b>	<b>AL</b>	<b>SE</b>	<b>BA</b>	<b>NE</b>	<b>BR</b>
4 a 7 anos	25,3	26,3	24,6	23,9	26,5	25,8	27,4	25,7	26,2	25,7	25,4
8 a 10 anos	17	14,9	17,6	16	14,1	15,5	15	16	14,6	15,7	17,4
11 a 14 anos	20,3	19,2	25	25,8	21,8	26,2	19	23,2	25,1	23,8	28,3
15 ou mais	4,6	5,9	5,2	6,9	7,4	6,7	4,8	6,5	5,4	5,8	9

Fonte: SUDENE (2016).

Avaliando o aspecto relativo a democratização do acesso à educação de nível superior verificou-se entre 2007 e 2013 um crescimento absoluto do número de inscritos em vestibular por Unidade da Federação. De acordo com o Gráfico 1, esse crescimento é visível, particularmente nos estados da Bahia, Pernambuco, Paraíba e do Ceará. Essa dinâmica reflete os incentivos do governo federal no ensino superior por meio da abertura de campus universitários, institutos federais tecnológicos e o processo de interiorização.

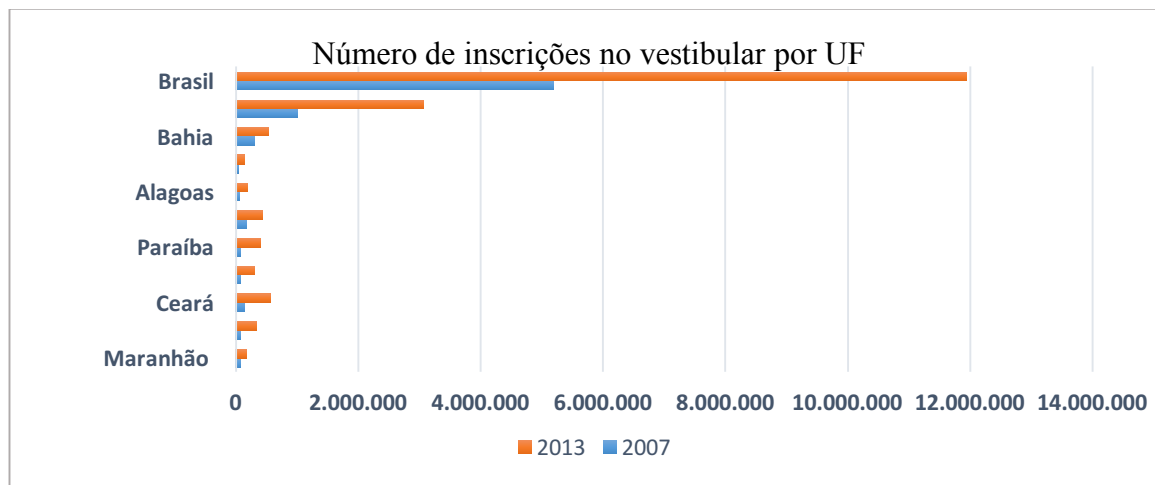
Tanto é que; já esteve presente no terceiro Plano Diretor (elaborado pela SUDENE) uma compreensão sobre o desenvolvimento econômico e estudos que analisavam a oferta e demanda de mão de obra por tipo de atividade e nível qualificação. O III Plano Diretor ressaltou a urgência de qualificar pessoal para o setor industrial e de serviços, inovando ao defender a divisão de um ensino médio (industrial, agrícola e comercial) e o aumento do número de vagas em universidades, com destaque para o estado da Bahia, Pernambuco (Recife) e Ceará.

Desse modo, a SUDENE deve ter a capacidade e condições de mobilizar diferentes agentes (públicos, privados, organizações do terceiro setor), linhas de trabalhos e propostas para integrarem-se ao planejamento regional. As políticas no campo educacional são tão



necessárias quanto o fortalecimento das capacidades produtivas e isso inclui uma agenda voltada para educação, ciência e tecnologia.

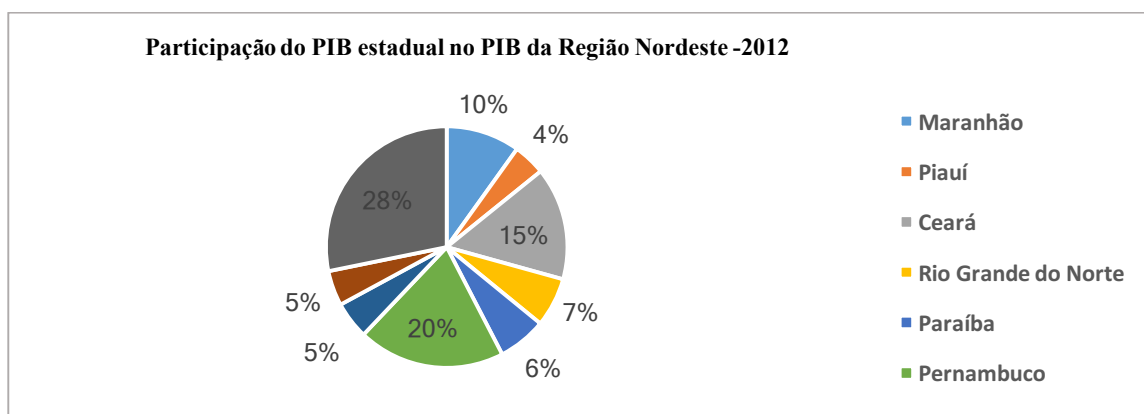
**Gráfico 1 - Número de inscrições no vestibular (2007 – 2013)**



Fonte: SUDENE (2016).

No contexto da competitividade, constituem-se desafios ao planejamento regional e a modernização de parques produtivos preexistentes, o adensamento dos arranjos produtivos, fortalecimento às pequenas e médias empresas e uma reorientação em relação a grandes projetos industriais. Maior parte do crescimento do produto interno encontra-se concentrado no Estado da Bahia e de Pernambuco, com 28% e 20% respectivamente (Gráfico 2). Nesse sentido emerge a compreensão sobre a necessidade de distribuição espacial dos investimentos na sucessão dos anos.

**Gráfico 2 – Participação do PIB estadual no PIB da Região Nordeste.**

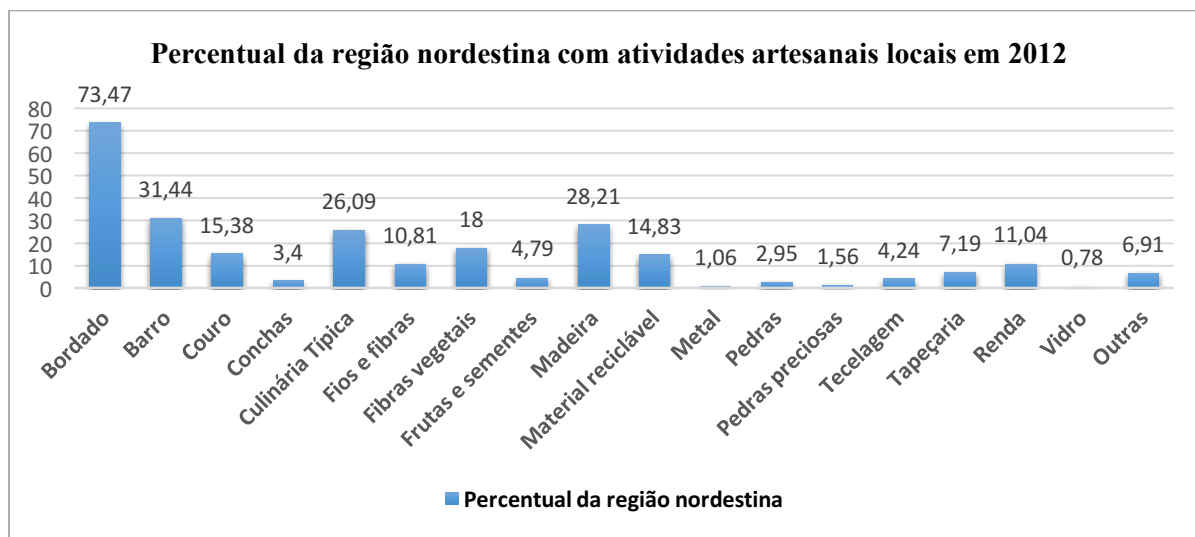


Fonte: SUDENE (2016)

Outra importante diretriz presente no plano de regional de desenvolvimento foi a valorização da cultura e economia local. A valorização da Região e dos componentes locais

são importantes vetores de inclusão social, pois a região apresenta uma diversidade artesanal de modo que pode propiciar desenvolvimento através do turismo cultural, conforme demonstra-se no Gráfico 3.

**Gráfico 3 - Cultura nordestina como vetor econômico e social**



Fonte: SUDENE (2016)

De acordo com o Gráfico 3, o percentual da Região com atividades locais destaca-se nas atividades artesanais do bordado (73,47%), barro (31,44%), culinária típica (26,9%) e madeira (28,21%), restando uma grande diversidade de atividades a serem incentivadas. Desta forma impelindo para políticas de valorização dos ativos locais, como fonte de renda e turismo cultural. Além disso, o setor terciário foi o que mais se desenvolveu, impulsionado pelo turismo cultural na Região Nordeste. O setor de serviços é o maior ramo da economia, estando atrelado à configuração urbana e populacional.

Para concluir, o processo o planejamento regional deve ser inclusivo, participativo, agindo sobre problemáticas socioambientais, matriz energética, no desenvolvimento de infraestrutura, adotando instrumentos de regulação e de ordenamento territorial. Percebe-se, portanto, que o trabalho da Sudene atualmente age sob aspectos mais complexos, de integração e cooperação em diferentes níveis federativos.

A SUDENE precisa ter condições de destravar as potencialidades regionais. O planejamento de suas ações não deve estar limitado pelas posições partidárias, de forma que o planejamento regional esteja considerado na política de desenvolvimento do governo federal. Assim, um planejamento para o desenvolvimento do Nordeste precisa tanto de articulação e viabilização junto ao projeto de desenvolvimento nacional, quanto de investimentos que sejam estratégicos - o desenvolvimento de instituições, capacidades

humanas, ciência, tecnologia, diversificação produtiva, complementaridades e governança em torno dos investimentos.

## 6. Considerações Finais

Até a década de 1950, as ações do Estado brasileiro, embora buscassem atuar em questões específicas do desenvolvimento regional, como o problema das secas, não possuíam características de um planejamento regional. Na verdade, parte das instituições federais atuantes na região, como o DNOCS e o BNB, atendiam aos interesses das oligarquias regionais, como a algodoeira-pecuária, que buscavam dificultar ou mesmo impedir mudanças econômicas estruturais que possibilitassem à promoção do desenvolvimento.

É indiscutível que a SUDENE em 1959 e sua recriação em 2007 constituem importante conquista na história do planejamento econômico da Região Nordeste. Até então a história havia exposto um cenário de polarização regional no qual o desenvolvimento regional estava desalinhado da política nacional do governo federal e cujo desenvolvimento industrial permanecia hegemônico concentrado nas Regiões Sudeste e Sul.

A institucionalidade disposta pelo GTDN e pela SUDENE trouxeram um alinhamento das políticas nacionais de desenvolvimento, rompendo com a ideia do Nordeste como região receptora de recursos assistenciais, sem capacidade de integração no cenário nacional.

Para atrair capitais para a expansão industrial foram criados mecanismos de incentivos fiscais e financeiros que ficaram à disposição de investidores privados para investimentos na região, tanto na ampliação da capacidade produtiva e na implantação de novos setores quanto na modernização das indústrias tradicionais que precisavam fazer frente ao aumento da competição inter-regional.

Através da atuação dos órgãos de planejamento na Região foi possível constatar uma mudança significativa na dinâmica em termos de crescimento do PIB nordestino, apesar de verificar-se um crescimento espacialmente concentrado em razão de alguns polos de atração. As duas décadas iniciais de atuação da SUDENE evidenciaram uma transformação muito expressiva. Entre a década de 1970 e 1980 a economia nordestina apresentou um crescimento acima da média nacional, levando a região Nordeste a uma posição de credibilidade no cenário nacional.

Ao longo da década de 1990, foram atribuídas à Autarquia a presença de ingerências, resultando em sua extinção no ano de 2001. A Nova SUDENE reapareceu em 2007 por meio de Lei Complementar, apresentando nova configuração institucional, atuando mediante diversos instrumentos de planejamento regional, incluindo uma dimensão participativa no planejamento. Apesar de equívocos, a nova proposta e as ações atuais precisam considerar muitos desafios a serem trabalhados no âmbito da complexidade do planejamento regional, no qual apontou-se particularidades concernentes à educação, promoção da competitividade,

infraestrutura, sustentabilidade, cultura, arranjos produtivos, ciência e tecnologia como vetores de propulsão para região Nordeste.

## Referências

ALMEIDA, J. E; ARAÚJO, J. B. Um modelo exaurido: a experiência da SUDENE. *Teoria e Evidência Econômica*, Passo Fundo, v.12, n.23, p.97-128, nov. 2004.

ALMEIDA, P. R. de. *A experiência brasileira em planejamento econômico: uma síntese histórica*, 2004. Disponível em < [https://celsofurtado.phl-net.com.br/artigos\\_scf/Paulo Roberto Almeida.pdf](https://celsofurtado.phl-net.com.br/artigos_scf/Paulo_Roberto_Almeida.pdf)> Acesso em 2018.

ARAÚJO, G. F. *A trajetória da Sudene, suas (re)invenções, na condução do projeto de desenvolvimento regional*. Aracaju/SE: UFS, 2015. (Dissertação de Mestrado). 162f.

AZEVEDO, F. A. *As ligas camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1962.

CAMPOS, H. S. O. O Finor e o desenvolvimento do Nordeste: processos de distribuição e concentração de renda. *Prisma Jurídico*, São Paulo, v.7, n.1, p.37-57, jan/jun.2008.

CANEL, L. X. C. *Análise de projetos de desenvolvimento na região Nordeste do Brasil: a experiência do sistema Finor nos anos de 1962 a 2001*. Recife: UFPE, 2005. 251p. Tese (Engenharia da Produção), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

CANO, Wilson. *Ensaio sobre a formação econômica regional do Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

\_\_\_\_\_. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. 4ª ed. Campinas: UNICAMP /Instituto de Economia, 1998a.

\_\_\_\_\_. *Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil (1930-1970; 1970-1995)*. 2 ed. Campinas: Unicamp/Instituto de Economia, 1998b.

CAVALCANTE, R.; MACÊDO, W. Incentivos fiscais, fundos e orçamento regionalizado: uma proposta para a nova Sudene. *Desenbahia*. Texto para discussão n.02/03, jan.2003.

COLOMBO, L. A. O auge e o declínio: a trajetória institucional da Sudene e o futuro do planejamento no Nordeste. *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, v. 49,n. 1, p. 375-399, mar./jun., 2018.

CARVALHO, F. F. *Da esperança à crise: a experiência das políticas regionais do Nordeste*. Campinas: Unicamp, 2001 (Dissertação de Mestrado) 173f.

CARVALHO, O. *Nordeste: a falta que o planejamento faz*. In: Anais do Seminário Nacional: Regiões e Cidades, Cidades nas Regiões - a Espacialidade do Desenvolvimento Brasileiro. Campinas/SP: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional-ANPUR, 2001.

FURTADO, Celso. *Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste*. 2.ed. Recife: SUDENE, 1967.

\_\_\_\_\_. *Formação Econômica do Brasil*. 32.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003.

\_\_\_\_\_. Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste. *Novos estudos CEBRAP*, São Paulo. v. 1, p.12-19, dez. 1981.

\_\_\_\_\_. Uma política de desenvolvimento econômico para o desenvolvimento do Nordeste. *Revista econômica do Nordeste*, Fortaleza, v.28, n.4, p.387-432, out./dez. 1997.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GUIMARÃES NETO, L. Desigualdades e políticas industriais no Brasil: caminhos e descaminhos. *Planejamento público e políticas públicas*, n.15, jun. 1997.

\_\_\_\_\_. *Introdução à formação econômica do Nordeste: da articulação comercial à integração produtiva*. Recife: Massangana, 1989.

GREMAUD, Amaury Patrick. *Economia brasileira contemporânea: para cursos de economia e administração*. São Paulo: Atlas, 1996.

GOODMAN, D.; SENA, J. F. F.; ALBUQUERQUE, R. C. de. Incentivos financeiros à industrialização do Nordeste e à escolha de tecnologias. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, n.2, p.329-365, dez.1971.

MINDLIN, B. *Planejamento no Brasil*. 5.ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.

MARANHÃO, S. Estado e Planejamento Regional: a experiência do Nordeste brasileiro. In: MARANHÃO, S. (Org.). *A questão Nordeste: estudo sobre formação histórica, desenvolvimento e processos políticos e ideológicos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984 (Coleção Estudos sobre o Nordeste, v. 16).

\_\_\_\_\_. Desenvolvimento econômico e poder político: algumas reflexões sobre o caso do Nordeste brasileiro, 1930-1975. In: MARANHÃO, S. (Org.). *A questão Nordeste: estudo sobre formação histórica, desenvolvimento e processos políticos e ideológicos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984 (Coleção Estudos sobre o Nordeste, v. 16)

SUDENE. *Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste - PRDNE*. Recife: Sudene, 2011.

SUDENE. *Nordeste em números 2015*. Recife: Sudene, 2016.

SAMPAIO, Y. *Desenvolvimento rural Nordestino: Experiência do Polonordeste*, 2.ed. Recife: CME-PIMES, 1987.

VIDAL, F. C. B. *O Nordeste do Brasil – atualidade de uma velha questão: vicissitudes da teoria do subdesenvolvimento regional no contexto do capitalismo contemporâneo*. Salvador: UFBA,

2001. 327p. Dissertação (Mestrado em Administração), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.